



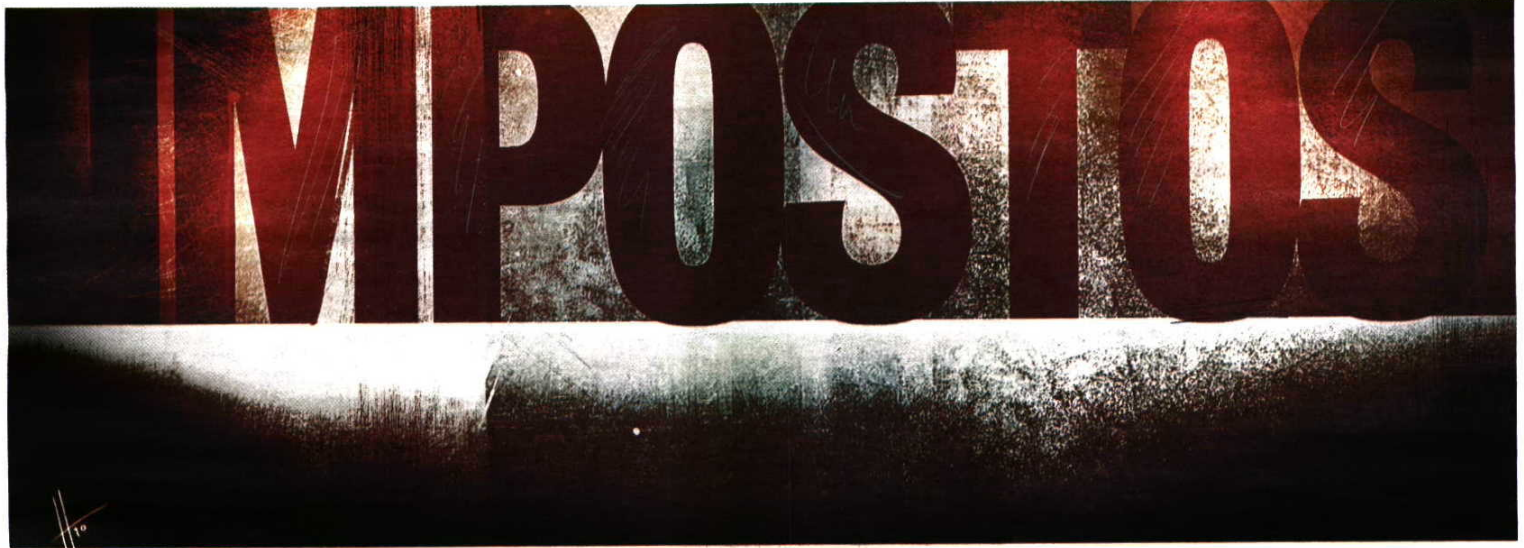
ID: 30172155

15-05-2010

Miguel
Sousa
Tavares

UMA VIDA DE APARÊNCIAS

ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO/WHO



Vai há dias uma reportagem sobre o 'social' da Feira do Livro de Lisboa: oito 'escritores' autografavam livros. O que aquilo tinha de curioso é que nenhum dos oito, de facto, é escritor: são, sim, autores, ou nem isso, de livros publicados — o que é diferente, bem diferente. Dois pertenciam a um grupo de cómicos, assinando livros de crónicas — sem graça alguma, aliás; outro assinava um livro de letras de música; outro era um político, assinando um livro de campanha eleitoral; dois outros assinavam livros de auto-ajuda e outra um livro de pensamentos supostamente interessantes sobre a sua vida. Também a D. Carolina Salgado, quando teve de declinar a sua profissão perante o juiz do caso 'Apito Dourado', revelou, sem hesitar: "Escritora". No género literário dela, aliás, já criou discípulas, quer na origem da pulsão literária quer no método de escrita, que consiste em ditar a sua palpitante vida para o gravador de uma 'reescritora' profissional.

Também temos 'banqueiros', como Oliveira Costa ou João Rendeiro, que mesmo o 'prudente' dr. Vitor Constâncio levou a sério, até ser tarde de mais. Temos 'benfeitores', sem obra social que se conheça, mas cujas Fundações o Estado ou o Governo cumulam de gentilezas e facilidades. Temos respeitados 'empresários', cuja fortuna começou no desvio de dinheiros europeus e acabou nas *offshores* do costume, que o poder distingue e apoia. Temos 'produtores' artísticos que só produzem quando subsidiados, que a crítica venera e o público despreza. Temos 'agricultores' que trocaram os tractores por Mercedes topo-de-gama e as culturas tradicionais por regadios de golfe. Temos uma quantidade de 'mestres' e até professores universitários formados em Universidades de vão de escada e agora até um

rol de 'doutores enfermeiros', reivindicando a equiparação salarial correspondente ao seu estatuto 'académico'.

E o que tem tudo isto a ver com a crise financeira que vivemos? Nada ou tudo. Depende da perspectiva com que olhamos as coisas: um país que se contenta com as aparências, que toma por genuíno o que não passa de oportunismo, que não escrutina o mérito nem questiona socialmente os pantomineiros, está condenado ao fracasso. Na economia, como no resto.

Tal como na Grécia, o défice público e a dívida acumulada pelo Estado são o resultado directo de anos a fio de cedência a aparências, facilidades, reivindicações demagógicas e apoios não justificados. Achem que alguém aprendeu a lição? Não: leiam os blogues ou os comentários dos leitores de jornais — "eles", os sucessivos governos, é que nos desgovernaram; "nós", o bom povo, nada fizemos para merecer esta catástrofe. É verdade, sim, que eles nos desgovernaram, mas em obediência à vontade do bom povo e porque ceder à demagogia e à facilidade vale muitos votos. Os enfermeiros querem ser doutores? O Governo cede. Os professores querem ser todos classificados com 'muito bom'? A oposição aplaude e o Governo rende-se. O Ministério Público quer ter o sagrado direito de trabalhar sem prazos e os venerandos conselheiros do Supremo querem-no limpar de processos, dificultando a possibilidade de recurso? O Governo concorda. Os militares, os polícias, os bombeiros, querem o 'legítimo' direito de receber um subsídio de risco por fazerem aquilo para que foram contratados e treinados? O Governo acha justo. O dr. Madalã quer dez novos estádios para um Europeu de futebol que até o Presidente Sampaio afirmou ser "um designio nacional"? O país festeja — e já se candidata a um Mundial e suspira por uns Jogos Olímpicos. Qual foi o único dos grandes "designios

nacionais" que até hoje não conseguiram levar avante, lembram-se? Foi a regionalização. Porque, entre a clientela já de sacco estendido para os dinheiros do Estado e a vontade de cedência do poder político se interpôs, por uma vez, um movimento de gente livre que conseguiu desmascarar a moscambilha. Mas eles hão-de voltar à carga, assim que as circunstâncias o permitirem. Tão certo como eu ter perdido o meu confortável direito à ingenuidade, assim que li o contrato celebrado pelo Estado para o negócio do Terminal de Contentores de Alcântara (a propósito: não faz parte da lista das grandes, inúteis e perdulárias obras públicas dispensadas por razões à vista).

A casa está a arder mas há quem ainda não tenha percebido. Na semana passada, li neste jornal um extraordinário texto em que alguém tentava explicar que essa história do défice é uma invenção dos economistas e que o combate ao défice é um combate contra a economia — a velha tese de que "há mais vida para além do défice", essa fabulosa verdade política que nos trouxe até onde estamos. Chorem agora Granada caída para os sitiados: sem educar, sem seleccionar, sem premiar o mérito, sem denunciar os falsificadores, sem produzir, sem conseguir competir numa economia global, vivendo de subsídios à preguiça e de dívidas acumuladas, que mais vida tinhamos a esperar?

Eu sei: os ricos que paguem a crise. Mais uma vez, é preciso explicar que os ricos, os verdadeiramente ricos, não pagam nem pagarão jamais: eles vivem num território sideral para lá do alcance das tiradas fáceis — *offshores*, SGPS, fundações, isenções, facturas falsas, leis ambíguas e, no limite de tudo, ineficácia judicial. Mas, sosseguem os nostálgicos da luta de classes: alguém vai pagar. Vão pagar os 'ricos' do escalão máximo do IRS, sempre os primeiríssimos a pagar, porque, regra geral, vivem do trabalho e

não fogem ou não têm como fugir da vontade fiscal. 46,5% de IRS — imaginam o que isso é? Juntem-lhe a segurança social, mais os impostos directos sobre a casa e o carro, e chegam a 60%. Acrescentem-lhe os impostos indirectos — carro, gasolina, electricidade, IVA, impostos sobre o consumo — e chegam a 70%. É de loucos!

Infelizmente, porém, a contabilidade pública depende da aritmética e não se compadece com as 'verdades' da extrema-esquerda. Se o Governo subir 1% do IVA, se congelar pensões ou os salários da função pública, poupa dois ou três mil milhões; se aumentar o IRS mais dois pontos no escalão máximo, arrecada mais cem milhões. A aritmética é uma chaticice — mas sempre foi, por isso é que o comunismo implodiu, não foi por causa dos Pershing ou dos Cruise contra os SS-20 ou do "Star Wars".

Portanto, só nos resta 'cair na real' e entender que já não há mais truques na manga. Parece que foi preciso que Sarkozy levantasse a voz e que os banqueiros lhe explicassem que nem eles tinham dinheiro para financiar as obras megalómanas, para que Sócrates finalmente o percebesse. Como bom português, ele percebeu mas ficou a engonhar. Ainda salvou o TGV, embora agora na fantástica versão Poceirão-Madrid, só para não dizer que tinha metido toda a viola no

Escolhendo mais uma vez a subida de impostos em lugar do corte sério da despesa pública, Sócrates decide pelo Estado parasitário contra a economia. Espero que o Papa reze uma missa por ele

saco e desistira do fado. Ainda não se venceu que o caminho é cortar despesa do Estado e não confiscar riqueza da economia, mas, mesmo assim e por mérito de Passos Coelho, já aceitou (no papel, pelo menos) um acordo de *fifty-fifty*. Mas, tributando mais as "grandes empresas" e os grandes contribuintes do IRS, tal como defendem o PCP e o BE, ele está a massacar quem trabalha e produz riqueza — e a acrescentar pouco ou nada ao saldo final. Se, porém, se desse ao trabalho de encarregar um qualquer secretário de Estado de fazer um levantamento e cortar tudo aquilo de inútil que o Estado subsidia — falsos produtores culturais, empresários, teatro de revista e rotundas de aldeia, feiras de moda e design, associações disto e daquilo, etc, etc. — seria o suficiente para baixar radicalmente o défice, sem sequer pagar uma grande factura eleitoral. E o mesmo sucederia se, não se querendo dar a esse trabalho, José Sócrates decidisse um 'corte cego' de 5 ou 10% nas despesas de cada Ministério, cada Governo Regional, cada empresa e instituto público, cada autarquia — e eles que puxassem pela imaginação e se livrassem do supérfluo. Só que, isso sim, já custaria votos e muitos.

Ficou-se pela metade. O Estado que gasta mais de metade de toda a riqueza produzida no país vai continuar a poder gastá-la, porque os suspeitos do costume vão pagar mais pelo irresponsável despesismo público dos últimos anos. Vai pagar a economia, vai pagar a recuperação económica. Escolhendo mais uma vez a subida de impostos em lugar do corte sério da despesa pública, ele decide pelo Estado parasitário contra a economia. E, ao contrário do que diz, escolhe o caminho inverso da Espanha, da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Irlanda. E, porque o 'povo' quer sangue, aumenta os impostos para o que chama de "ricos" e corta 5% no salário dos políticos. Espero que o Papa reze uma missa por ele.



Miguel Sousa Tavares



Uma vida de aparências
Escolhendo mais uma vez
a subida de impostos, José
Sócrates decide pelo
Estado parasitário contra a
economia **P9**